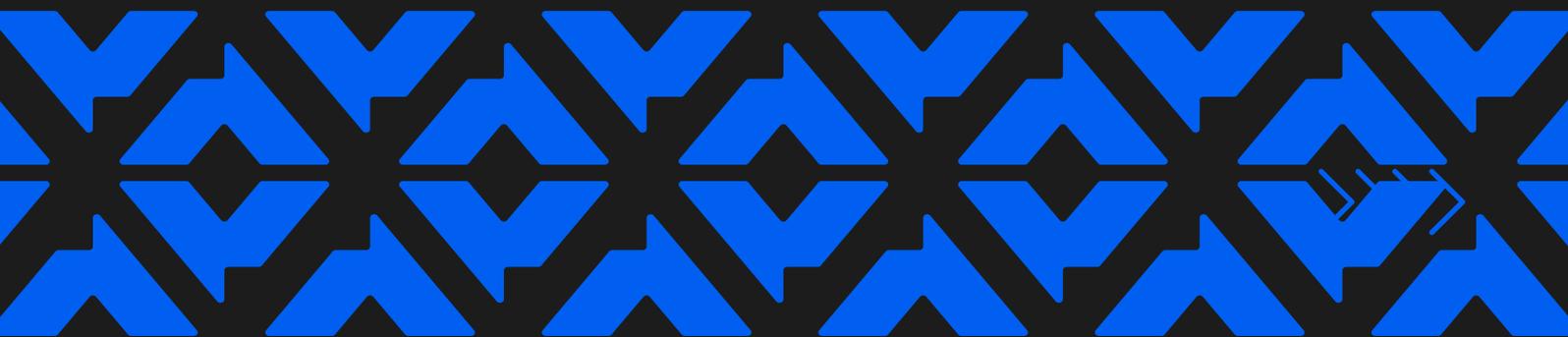


# Aviso de privacidade

PROTEO  
2024



# SUMÁRIO

1 OBJETIVO E ESCOPO.....	3
2 DEFINIÇÕES.....	4
3 DA COLETA DE DADOS PESSOAIS.....	6
4 DO TRATAMENTO DE DADOS.....	8
5 ARMAZENAMENTO DOS DADOS PESSOAIS.....	10
6 COMPARTILHAMENTO DOS DADOS PESSOAIS.....	11
7 DOS DIREITOS DO TITULAR.....	12
8 ACEITAÇÃO DA POLÍTICA.....	14
9 DO ENCARREGADO DE DADOS.....	14
10 COOKIES.....	15
11 MEDIDAS DE SEGURANÇA ADOTADAS.....	15
12 DISPOSIÇÕES FINAIS.....	15

## 1 OBJETIVO E ESCOPO

Preocupados em preservar sua privacidade e garantir transparência para nossas atividades, editamos o presente Aviso de Privacidade, em cumprimento às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018).

Este Aviso de Privacidade objetiva estabelecer diretrizes para estruturar um sistema normativo e de práticas de Proteção de Dados Pessoais, visando garantir a privacidade e proteção dos dados dos titulares de dados pessoais que sejam objeto de tratamento pela PROTEO.

Nesse sentido, este Aviso foi elaborado para todos os titulares de dados que possuam qualquer nível de contato com o site ou com a plataforma PROTEO, sejam eles USUÁRIOS, ou interessados que possam ter firmado relação de USUÁRIO anteriormente ou, embora ainda não tenha firmado contrato de prestação de serviços, já solicitou informações sobre os serviços prestados pela PROTEO e informou dados pessoais.

Ainda, podemos tratar dados de clientes dos nossos clientes.

Ante o exposto, a PROTEO poderá ser caracterizada como Controladora de Dados Pessoais de seus USUÁRIOS ou INTERESSADOS diretos, na qualidade de pessoas físicas ou sócios das pessoas jurídicas, ora como Operadora de Dados Pessoais dos clientes de seus USUÁRIOS diretos, quando coletados por este último, casos em que fará o tratamento conforme disposto no “Contrato de Licença de Uso de Software e Prestação de Serviços”.

No que se refere aos dados pessoais dos colaboradores e pessoal interno, estará regulado na nossa Política Interna de Privacidade.

Ressaltamos que a legislação utilizada como referência para a confecção deste aviso de privacidade não se limita a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018), mas baseia-se também no disposto no Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014) e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990).

## 2 DEFINIÇÕES

Nos termos do artigo 5º da Lei Geral de Proteção de Dados, elencamos abaixo algumas definições de informações que serão amplamente utilizadas no decorrer deste aviso de privacidade.

- **Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD):** Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.
- **Tratamento:** toda atividade realizada com dados pessoais é considerada um tratamento de dados, incluindo, mas não se limitando a atividades como coleta, compartilhamento, comunicação, acesso, reprodução, processamento, armazenamento, eliminação e modificação de dados pessoais.
- **Dado pessoal:** informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;
- **Dado pessoal sensível:** dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;
- **Dado anonimizado:** dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;
- **Banco de dados:** conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;
- **Titular:** pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;
- **Controlador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

- Operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;
- Encarregado (DPO): pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- Agentes de tratamento: o controlador e o operador;
- Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;
- Anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;
- Consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;
- Bloqueio: suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados;
- Eliminação: exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado;
- Transferência internacional de dados: transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro;
- Uso compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas

por esses entes públicos, ou entre entes privados;

- Relatório de impacto à proteção de dados pessoais: documentação do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco;
- Órgão de pesquisa: órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico;
- Minimização: princípio pelo qual os dados pessoais serão processados e tratados com observância da adequação, pertinência e finalidade, limitando-se ao estritamente necessário para a realização destas condições quando do tratamento de dados pessoais.
- Privacy by Design: considerar as implicações de privacidade de um determinado tratamento de dados desde o início de sua concepção;

### 3 DA COLETA DE DADOS PESSOAIS

Inicialmente, informamos que todos os dados coletados pelo PROTEO são públicos e podem ser encontrados em diversas plataformas de órgãos públicos que integram a administração pública direta e indireta.

De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018) seu consentimento é imprescindível, portanto, seu aceite será considerado para todos os efeitos, no momento em que você inserir suas informações em nosso website ou, ainda, quando nos contratar para usufruir dos produtos e serviços ofertados na plataforma PROTEO, mesmo que de forma gratuita.

A PROTEO coleta os dados pessoais informados voluntariamente pelo usuário ou interessados, por intermédio de qualquer dos canais de atendimento, tais como

e-mail, website, Whatsapp, telefone e/ou meio físico, sendo estes dados, relativos à pessoa física ou jurídica, contratante ou interessada, ou ainda de seus sócios, dependentes, empregados, e até mesmo de seus clientes.

Em síntese, são coletadas todas as informações ativamente disponibilizadas pelo próprio usuário ou interessado, necessárias para a prestação dos serviços disponibilizados na plataforma PROTEO, ainda que a título gratuito.

A hipótese legal de tratamento para a coleta dos dados referidos no parágrafo antecedente está fundamentada na própria execução do “Contrato de Licença de Uso de Software e Prestação de Serviços” ou dos procedimentos preliminares a ele relacionados, quando se tratar de USUÁRIO ou de INTERESSADO, conforme artigo 7º, inciso V, para os dados pessoais comuns, conforme definição do artigo 5º, inciso I, e no artigo 11, inciso II, alínea “d”, para os dados pessoais sensíveis, conforme definição do artigo 5º, inciso II, todos da Lei nº 13.709/2018.

Importante destacar que o cliente ou interessado pode recusar-se ao tratamento de dados, entretanto, dessa maneira não poderá ter acesso a nenhum recurso dentro da plataforma PROTEO, bem como, não será possível cumprir com o objeto do contrato de prestação de serviços.

Em caso de atendimento presencial, os dados pessoais coletados quando do ingresso do USUÁRIO ou INTERESSADO nas dependências da PROTEO o serão com base no seu consentimento livre, informado e inequívoco, com fulcro no artigo 7º, inciso I, para os dados pessoais comuns, conforme definição do artigo 5º, inciso I, e no artigo 11, inciso I, para os dados pessoais sensíveis, conforme definição do artigo 5º, inciso II, todos da Lei nº 13.709/2018.

Para garantir transparência e segurança na utilização de seus dados, informamos que coletamos e utilizamos informações como nome do usuário, documento de identificação, endereço, e-mail do usuário, foto do usuário e telefone. Esses dados serão usados exclusivamente para propósitos internos, como identificação, comunicação e prestação de serviços contratados. Comprometemo-nos a proteger sua privacidade e a não compartilhar suas informações com terceiros sem sua autorização expressa, salvo em casos previstos por lei.

## 4 DO TRATAMENTO DE DADOS

Consideramos todos os dados como confidenciais e, portanto, os utilizaremos sempre observando a boa-fé e os princípios constantes no artigo 6º da Lei Geral de Proteção de Dados, quais sejam:

- **Finalidade:** os dados pessoais somente devem ser tratados para uma finalidade específica, um propósito que seja legítimo, explícito, delimitado e informado ao titular, não sendo permitido o tratamento posterior que seja incompatível com as finalidades identificadas;
- **Adequação:** o tratamento de dados pessoais observará a compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;
- **Necessidade:** o tratamento de dados pessoais se limitará ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;
- **Livre acesso:** será garantido, aos titulares de dados, consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;
- **Qualidade dos dados:** os dados pessoais tratados devem ser claros, exatos, relevantes e atualizados, de acordo com a sua necessidade e com os propósitos do tratamento. Não devem ser tratados dados pessoais desatualizados ou irrelevantes para a finalidade indicada;
- **Transparência:** A PROTEO disponibilizará aos titulares de dados informações clara, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, em especial, forma e duração do tratamento, observados os segredos comercial e industrial;
- **Segurança:** utilizaremos medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

- **Prevenção:** adotaremos medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;
- **Não discriminação:** jamais realizaremos tratamento para fins discriminatórios, ilícitos ou abusivos;
- **Responsabilização e prestação de contas:** adotaremos medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, a eficácia dessas medidas.

Todos os dados cadastrados e coletados são utilizados para: (i) contato com a PROTEO (reuniões de negócios, dados compartilhados pelos USUÁRIOS, dúvidas, exercícios de direitos em privacidade); (ii) dados de contato coletados, tais como nome, telefone e e-mail para fins publicitários e de marketing desta própria empresa.

No primeiro caso, a hipótese legal de tratamento utilizada para a coleta desses dados é a execução de contrato (nos períodos pré e pós contratual, existente ao assinar o “Contrato de Licença de Uso de Software e Prestação de Serviços”) ou ainda os casos de exercício regular de direitos. No segundo caso, o USUÁRIO ou INTERESSADO poderá manifestar o seu consentimento livre, expresso e inequívoco, ou no caso de dados sensíveis, específico e destacado, para que a PROTEO utilize os dados de contato coletados para fins publicitários, que será coletado ao contatar a PROTEO pelos meios de comunicação disponíveis, seja por telefone, e-mail, WhatsApp, SMS ou atendimento presencial.

Nos casos em que não for possível obter o consentimento, a PROTEO se reserva, quando for o caso, no direito de utilizar os dados pessoais comuns coletados para fins publicitários, nos termos do artigo 7º, inciso IX, da Lei nº 13.709/2018 (legítimo interesse).

Caso o USUÁRIO ou INTERESSADO não desejar mais ser contactado pela PROTEO, única e exclusivamente em relação aos conteúdos publicitários, deverá seguir as orientações constantes ao final dos e-mails de marketing, a fim de viabilizar o descadastramento da lista de transmissão, ou, caso o contato seja feito pelo WhatsApp, poderá responder à mensagem com a palavra “descadastramento”. Em relação às demais finalidades justificadoras do contato pela PROTEO, tais como

exercício regular de direitos, cumprimento de obrigação legal ou regulatória, entre outras possibilidades, em especial a execução do “Contrato de Licença de Uso de Software e Prestação de Serviços” e/ou dos procedimentos preliminares a ele relacionados, não será possível tal descadastramento, tendo em vista as hipótese legais de tratamento justificadoras e descritas nas demais cláusulas deste Instrumento.

## 5 ARMAZENAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

Os dados dos clientes e interessados serão armazenados pela PROTEO em servidores próprios ou por ela contratados, como os serviços de armazenamento em nuvem. A PROTEO cuidará para que os fornecedores de armazenamento desses dados estejam adequados e seguindo os requisitos mínimos de segurança necessários para um tratamento de dados seguro.

Este Aviso representa o esforço da PROTEO no sentido de resguardar seus dados. No entanto, em razão da própria natureza da Internet, não é possível garantir que terceiros mal-intencionados não tenham sucesso em acessar indevidamente os dados coletados pela PROTEO, hipótese em que esta não poderá ser responsabilizada caso tenha cumprido integralmente os preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados e empregado os melhores esforços possíveis para evitar esse tipo de incidente, conforme preconiza o artigo 43, incisos II e III da Lei nº 13.709/2018.

O tratamento de dados pessoais dos clientes e interessados será mantido enquanto necessário para o cumprimento da finalidade para a qual foram coletados, em especial em razão da:

- Execução do “Contrato de Licença de Uso de Software e Prestação de Serviços” e/ou dos procedimentos preliminares a ele relacionados (artigo 7, inciso V e artigo 11, inciso II, alínea “d” da Lei 13.709/2018);
- Para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória (artigos 7º, inciso II, e 11, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 13.709/2018);

- Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral (artigos 7º, inciso VI, e 11, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 13.709/2018) ou, ainda;
- Para fins publicitários e de marketing, com base no consentimento do USUÁRIO ou INTERESSADO (artigo 7º, inciso I, da Lei nº 13.709/2018) ou, quando sua obtenção não for possível, e
- Sendo o caso, com base no legítimo interesse da PROTEO, na qualidade de Controladora, ou ainda, como operadora de dados, nos casos em que realizar o tratamento de dados pessoais dos clientes de seus clientes.

O armazenamento dos Dados Pessoais em que a PROTEO figura como Operadora de Dados será de responsabilidade do Controlador, a não ser que seja estipulado em contrário no Contrato.

## 6 COMPARTILHAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

A PROTEO poderá compartilhar os dados dos USUÁRIOS ou INTERESSADOS, ou ainda os dados de funcionários e/ou clientes de seus CLIENTES diretos, nas seguintes situações:

- Para a correta execução do “Contrato de Licença de Uso de Software e Prestação de Serviços” e/ou dos procedimentos preliminares a ele relacionados, nos termos do artigo 7º, inciso V e art. 11, inciso II, alínea “d” da Lei nº 13.709/2018;
- Para proteção dos interesses e exercício regular de direitos da PROTEO em qualquer tipo de conflito, incluindo processos judiciais, administrativos ou arbitrais, incidindo tal hipótese na base legal prevista no artigo 7º, inciso VI, e artigo 11, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 13.709/2018;
- Mediante ordem judicial ou pelo requerimento de autoridades administrativas que detenham competência legal para sua requisição, nos termos do artigo 7º, inciso II, e artigo 11, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 13.709/2018;

- No caso de transações e alterações societárias envolvendo a PROTEO, hipótese em que a transferência dos dados pessoais será necessária para a continuidade dos serviços, incidindo na hipótese legal do artigo 7º, inciso V, e artigo 11, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 13.709/2018;
- Para efetivar cobranças decorrentes do “Contrato de Licença de Uso de Software e Prestação de Serviços”, incidindo na hipótese legal do artigo 7º, inciso V, da Lei nº 13.709/2018;
- Para envio de conteúdos publicitários ou de marketing, como promoções e ofertas, informativos, novos serviços que possam ser oferecidos pela empresa, entre outros conteúdos da mesma categoria, sendo compartilhados com agência de marketing contratada pela PROTEO nos termos do artigo 7º, incisos I e IX, da Lei nº 13.709/2018.

A PROTEO poderá compartilhar dados no âmbito da transferência internacional de dados quando necessitar serviços de armazenamento e/ou demais tratamentos de dados a serem prestados por terceiros, escolhendo fornecedores de serviços confiáveis e adequados aos requisitos de segurança e privacidade de Dados.

## 7 DOS DIREITOS DO TITULAR

Em conformidade com o artigo 18 da Lei Geral de Proteção de Dados, fica assegurado aos titulares de dados o direito de obter, a qualquer momento e mediante requisição:

- Confirmação da existência de tratamento;
- Acesso aos dados;
- Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD;

- Portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial;
- Eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses legais de sua manutenção;
- Informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;
- Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;
- Revogação do consentimento.

Para o exercício de quaisquer dos direitos dos titulares previstos acima, acesse nosso Portal de Comunicação do Titular dos Dados. As solicitações relativas aos direitos dos titulares (confirmação de existência ou o acesso a dados pessoais) serão respondidas pela PROTEO em formato simplificado em até 01 (um) dia útil, a contar do recebimento da solicitação, ou por meio de declaração clara e completa, que indique a origem dos dados, a inexistência de registro, os critérios utilizados e a finalidade do tratamento, observados os segredos comercial e industrial, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação, vide artigo 19, incisos I e II, da Lei nº 13.709/2018.

Em caso de impossibilidade de adoção imediata da providência, a PROTEO enviará ao titular resposta, no prazo acima assinalado, em que poderá: a) comunicar que não é agente de tratamento dos dados e indicar, sempre que possível, o agente; b) ou indicar as razões de fato ou de direito que impedem a adoção imediata da providência. O titular pode solicitar à PROTEO a exclusão de seus dados pessoais pelos meios já descritos desde que a hipótese de tratamento utilizada para o tratamento dos dados aos quais se refere o pedido de exclusão seja o consentimento, ou ainda em relação aos dados que tenham sido reconhecidos por autoridade competente como desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD.

A PROTEO respeitará o prazo de armazenamento mínimo das informações, a fim de viabilizar o fiel cumprimento do “Contrato de Licença de Uso de Software e Prestação de Serviços” e/ou dos procedimentos preliminares a ele relacionados (artigos 7º, inciso V, e 11, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 13.709/2018), o cumprimento de obrigação legal ou regulatória (artigos 7º, inciso II, e 11, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 13.709/2018), ou para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral (artigos 7º, inciso VI, e 11, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 13.709/2018), ainda que o titular solicite a exclusão de tais informações.

## 8 ACEITAÇÃO DA POLÍTICA

A aceitação deste “Aviso de Privacidade” se dará no momento de sua ciência e utilização dos serviços da PROTEO, bem como pela não solicitação da rescisão contratual especificamente em decorrência deste instrumento. Caso não concorde com o presente Aviso, recomendamos que você não continue a utilizar nossos serviços disponibilizados na plataforma ou não visite nosso website.

## 9 DO ENCARREGADO DE DADOS

O Encarregado possui a função de atuar como canal de comunicação entre a instituição, os titulares e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). Suas atividades consistem em:

- Aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;
- Receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências;
- Orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais;
- Executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares.

O e-mail para contato com o Encarregado é [dpo@proteo.com.br](mailto:dpo@proteo.com.br).

## 10 COOKIES

Cookies são arquivos instalados no dispositivo de um usuário que permitem a coleta de determinadas informações, inclusive de dados pessoais em algumas situações, visando ao atendimento de finalidades diversas. Entre essas informações, muitas são essenciais para o funcionamento adequado e seguro de páginas eletrônicas e para viabilizar a oferta de serviços no ambiente digital. A plataforma e o website da PROTEO realizam a coleta de cookies para seu melhor desempenho, para saber mais, acesse nossa Política de Cookies.

## 11 MEDIDAS DE SEGURANÇA ADOTADAS

A PROTEO adotou diversas medidas de segurança para melhorar a privacidade e proteção dos dados dos titulares, tais como: instalação de antivírus; senhas, cultura sem papel com assinaturas digitais; tranca no ambiente físico; restrições de acesso em setores; treinamentos e atualizações periódicas com os colaboradores.

Ademais, possuímos uma Política de Segurança da Informação que traça diretrizes que toda a empresa deve seguir, dentre outros documentos e práticas que estão sendo implementadas e atualizadas conforme a necessidade e possibilidade operacional.

Contamos também com suporte de Tecnologia da Informação e Jurídico, visto que novas medidas poderão ser adotadas no decorrer da evolução dos serviços, bem como com o surgimento de novos programas, tecnologias e necessidades.

## 12 DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente “Aviso de Privacidade” será regido, interpretado e executado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, em especial a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados, a Lei nº 12.965/2014 - Marco Civil da Internet e a Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, independentemente dos conflitos destas com leis de outros estados ou países, sendo competente o Foro da Cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, para dirimir qualquer dúvida ou conflito decorrente deste Instrumento.

A PROTEO reserva-se ao direito de alterar este Aviso a qualquer momento e sem a necessidade de comunicação prévia, sendo que, nessa hipótese, a nova versão revogará todas as anteriores. Caso reste alguma dúvida após a leitura deste “Aviso de Privacidade”, entre em contato com a PROTEO por meio do e-mail [dpo@proteo.com.br](mailto:dpo@proteo.com.br), ou solicite ajuda no nosso Portal.

O presente "Aviso de Privacidade" é válido a partir de 02 de outubro de 2024.

**Responsável: Amanda Heluiza Giongo**

**Aprovado em: 01/10/2024**

<b>HISTÓRICO DE VERSÕES</b>	
<b>V1- CRIAÇÃO DO DOCUMENTO</b>	<b>OUTUBRO/2024</b>